

Parente confirma manipulação

Collor e Marcílio avalizaram esquema dos "anões"

O ex-secretário de Planejamento, Pedro Parente, informou ontem à CPI que investiga a máfia do orçamento que o ex-presidente Fernando Collor e o ex-ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, aprovaram o acordo entre o Executivo e o Legislativo, feito em 1991, e que beneficiava alguns parlamentares.

Por este acordo, um grupo de parlamentares da Comissão de Orçamento, liderado pelo deputado João Alves (sem partido-BA), se comprometia a não fazer grandes alterações na proposta orçamentária do governo, em troca de liberações de 1,5% do valor do orçamento para aqueles parlamentares, com emendas que deveriam vir da proposta do Executivo.

Pedro Parente, que era o responsável pela elaboração do orçamento, deu ontem estas explicações, por telefone, de Washinton, onde reside, ao coordenador da subcomissão de emendas orçamentárias da CPI, Sigmaringa Seixas (PSDB-DF).

Parente se comprometeu a enviar um fax à CPI com um relatório detalhado sobre o acordo.

Pedro Parente contou que o acordo foi proposto ao ex-diretor do Departamento de Orçamento da União (DOU), José Carlos Alves dos Santos, pelo então relator do orçamento, João Alves, e pelo presidente da Comissão do Orçamento, senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO).

O diretor do DOU levou a proposta a Parente que decidiu submetê-la ao Presidente da República e ao ministro da Economia. O acordo foi feito nos últimos dias de agosto de 1991, antes do envio da proposta orçamentária ao Congresso. Da parte do Legislativo, a idéia do acordo contou ainda com o respaldo do ex-líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia (BA) e dos deputados José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e Cid Carvalho (PMDB-MA), os dois últimos, também, membros da Comissão de Orçamento, conforme relatou à CPI José Carlos Alves dos Santos.